



322

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****APELAÇÃO Nº 0334303-7****JUÍZO DE ORIGEM:** 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAMARAGIBE/PE**APELANTE:** ROMÁRIO JOSÉ DOS RAMOS**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS**PROCURADORA:** DRA. ANDREA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. LATROCÍNIO TENTADO. CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENOR. TESE DA DEFESA DE NEGATIVA DE PARTICIPAÇÃO. AUSÊNCIA DA RES FURTIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 710 DO STF E SÚMULA 510 DO STJ. MENORIDADE DO RÉU E CONFISSÃO JUDICIAL RECONHECIDA. APELO PARCIALMENTE PROVIDO PARA REDUÇÃO DA REPRIMENDA.

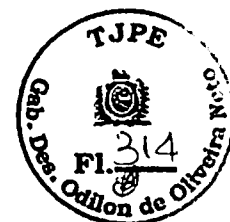
1. O latrocínio se perfaz na hipótese de forma qualificada do crime de roubo que se dá pelo resultado morte, sendo plenamente possível a ocorrência de latrocínio em sua forma tentada, mesmo que não se obtenha o resultado morte ou lesão corporal, como é o caso dos autos.
2. A materialidade do delito de latrocínio restou demonstrada através do depoimento da própria vítima, mesmo diante da ausência da *res furtiva* (Súmula 710 do STF).
3. A simples participação de menor em concurso de agentes na prática delituosa já é suficiente para o enquadramento do art. 244-B do ECA (Súmula 510 STJ).
4. Apelação provida apenas para redução da reprimenda mediante o reconhecimento de menoridade de confissão judicial do agente. Apelação provida em parte. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal de n.º **0334303-7** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nesta data, **por unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

### **1ª CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO Nº 0334303-7**

**JUIZO DE ORIGEM:** 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAMARAGIBE/PE

**APELANTE:** ROMÁRIO JOSÉ DOS RAMOS

**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS

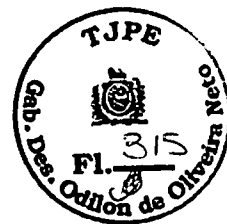
**PROCURADORA:** DRA. ANDREA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

### **RELATÓRIO**

Trata-se de apelação criminal interposta por ROMÁRIO JOSÉ DOS RAMOS condenado à pena de **15 (quinze) anos de reclusão com cumprimento de pena inicial em regime fechado e ainda ao pagamento de 08 (oito) dias-multa**, pela prática dos crimes previstos no art.157, §3º, parte final, c/c com o art.14, II, ambos do Código Penal e ainda o art.244-B do ECA, tendo como vítima sobrevivente RAFAEL LUIZ DA SILVA.

Consta na denúncia de fls. 02/04, em síntese, que na tarde no dia 16 de outubro de 2010, em via pública, na favela Fábrica de Poste, Santa Mônica, em Camaragibe/PE, os denunciados, juntamente com o adolescente D.J.N, **mediante grave ameaça e violência, com disparos de armas de fogo efetuados por David contra a vítima Rafael Luiz da Silva, com a intenção de matá-la**, ocasionou os ferimentos descritos na perícia traumatológica de fl.49 e **subtraíram a quantia de R\$500,00 (quinhentos) reais da vítima.**

Infere-se ainda que a vítima recebeu de um traficante de drogas, conhecido por Geovani, a quantia descrita acima com o fim de comprar um quilo de maconha no Loteamento Santa Terezinha, ocasião em que os denunciados David e Romário lhe acompanharam, enquanto Otávio e o adolescente ficaram atrás esperando os mesmo comprarem as drogas.



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Após a vítima entregar o dinheiro a Romário para comprar as drogas, David puxou a arma de fogo e disse "perdesse", momento em que efetuou disparo contra a vítima, atingindo sua cabeça e a vítima tentou se defender, efetuando um murro em David, contudo, este encostou a arma de fogo próximo a sua orelha direita e deu um segundo tiro, momento em que a vítima caiu ao chão e o citado acusado ainda efetuou outros disparos, sendo a vítima atingida no ombro direito.

Lauda Traumatológico à fl.55. Decisão de recebimento de denúncia e decreto da prisão preventiva às fls. 70/71.

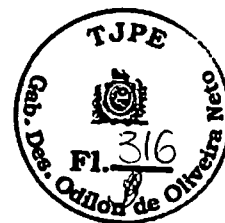
Realizada audiência de instrução e julgamento com oitiva de testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, após foi realizado o interrogatório dos acusados. Nada foi requerido na oportunidade do art. 402, do Código de Processo Penal (fls. 175/176;190/191 e 207/208);

Depoimento da vítima sobrevivente à fl.223;

O Ministério Público apresentou as suas alegações finais às fls. 228/229, tendo requerido a condenação do réu, Romário, pela prática dos crimes previstos nos artigos 157, §3º, parte final, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal e art. 244-B do ECA.

Como relatado anteriormente, a sentença publicada em 12.12.2013, condenou o ora apelante a pena de **15 (quinze) anos de reclusão com cumprimento de pena inicial em regime fechado e ainda ao pagamento de 08 (oito) dias-multa** pela prática do crime de tentativa de latrocínio e corrupção de menor.

Inconformado, o apelante apresentou suas razões recursais em fls.296/299, pretendendo pela reforma do comando sentencial, sustentando a aplicação do princípio do *in dubio pro reo* e ainda requerendo a redução da reprimenda imposta.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Intimado, o representante do MP apresentou as contrarrazões às fls. 303/305. Requereu, ao final, o desprovemento do apelo em todos os seus termos.

Às fls. 308/311, ofertou a Procuradoria de Justiça parecer **opinando pelo PROVIMENTO PARCIAL DO APELO, apenas pra reduzir a reprimenda aplicada quanto ao crime de tentativa de latrocínio.**

É o Relatório. À revisão.

Recife, 28 de AGOSTO de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****APELAÇÃO Nº 0334303-7****JUÍZO DE ORIGEM:** 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAMARAGIBE/PE**APELANTE:** ROMÁRIO JOSÉ DOS RAMOS**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS**PROCURADORA:** DRA. ANDREA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE**VOTO**

Trata-se de apelação criminal interposta por ROMÁRIO JOSÉ DOS RAMOS condenado à pena de **15 (quinze) anos de reclusão com cumprimento de pena inicial em regime fechado e ainda ao pagamento de 08 (oito) dias-multa**, pela prática dos crimes previstos no art.157, §3º, parte final, c/c com o art.14, II, ambos do Código Penal e ainda o art.244-B do ECA, tendo como vítima sobrevivente RAFAEL LUIZ DA SILVA.

Nas suas razões recursais, sustenta o apelante que *a própria vítima depôs que não haveria como afirmar qual fora a sua participação no ato delituoso*. Assevera ainda que não fora encontrada a *res furtiva* e que a dosimetria da pena se deu de forma exacerbada.

**Razão assiste ao apelante, de forma parcial. Vejamos.**

A autoria delitiva réstou demonstrada tanta pela confissão do apelante como pelos depoimentos de outros acusados e de testemunhas arroladas em mídia anexada.

No próprio apelo, em fls.297, o apelante *confessou durante a fase policial e judicial, conforme anexos do processo que estava no momento do crime, porém não sabia quais as intenções de "Correria" em relação à vítima*.

Nesse aspecto, pontuou a Procuradoria:



324

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

A testemunha Daiany Bianca, à época namorada da vítima, assevera que uma semana antes do ocorrido, o denunciado Correria disse que mataria Rafael, sem declinar o motivo (02:20). **Asseverou ainda que uma suposta recusa do apelante em matar Rafael, que militar para descaracterizar o seu animus, deu-se em outra oportunidade, após o cometimento da tentativa de latrocínio (04:46), sendo impossível, portanto, a sua consideração para esvaziar a sua participação no fato.**

Por outro lado, Otávio confirma a alegação da vítima no sentido de que **fora contratado pelo adolescente Djoe para que não dissesse que o denunciado Correria e Romário tinham tentado matar Rafael, oferecendo cerca de R\$ 100,00 e pelo seu silêncio (mídia de DVD à fl.208v).**

**Portanto, resta superada qualquer dúvida voltada à participação do apelante na empreitada criminosa contra a vítima Rafael.**

Bem de ver, por pertinente, que o latrocínio se perfaz na hipótese de forma qualificada do crime de roubo que se dá pelo resultado morte, sendo plenamente possível a ocorrência de latrocínio em sua forma tentada, mesmo que não se obtenha o resultado morte ou lesão corporal, como é o caso dos autos.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento, do teor seguinte:

"Roubo (qualificação pelo resultado). Subtração - crime fim (consumação). Evento morte - crime meio (tentativa). Dolo (matar). Latrocínio (tentativa).

1. Para o efeito da responsabilidade penal, é a existência do dolo - vontade livre e consciente de praticar o fato - o demarcador das hipóteses do § 3º do art. 157. Tratando-se de elemento subjetivo tendente ao resultado morte, a tipicidade, evidentemente, haverá de ser a tentativa de latrocínio.

2. No caso, as indicações da sentença e do acórdão são no sentido de que o dolo era o de matar, e não o de provocar lesão corporal, hipótese que se



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

enquadra, dúvida não há, na segunda porção do § 3º do art. 157 do Cód. Penal, na forma tentada.3. Precedentes do STJ.4. Agravo regimental ao qual se negou provimento." (AgRg no HC 54.852/RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 14/12/2006, DJ de 04/08/2008)

Em relação à autoria do crime de corrupção de menor, aplico, de logo, o entendimento da Súmula 510 do STJ ao caso em apreço: *A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.*

**A materialidade**, de igual forma, restou comprovada através do laudo traumatológico de fls.55/56 e também pelos depoimentos dos denunciados e testemunhas acerca do art.244-B do ECA.

A argumentação de que a res furtiva não fora encontrada, descaracterizando a materialidade do delito de latrocínio também não merece prosperar em razão da Súmula 710 do STF: *Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não se realize o agente a subtração de bens da vítima.*

**A insatisfação do apelante em relação à dosimetria da pena quanto ao crime do art.157, §3º do CP merece aceitação.**

**Insta ressaltar que a dosimetria do crime de corrupção de menores, previsto no art.244-B do ECA, não há o que se reduzir, haja vista sua aplicação no mínimo legal, nos termos da Súmula 231 do STJ.**

Voltando ao crime de latrocínio, assim definiu a sentença de piso:

O réu agiu com a plena consciência da ilicitude da sua atuação, é imputável, deveria ter agido de modo diverso do que efetivamente logrou agir, atuando com dolo intenso, restando presentes, portanto, **todos os requisitos da culpabilidade**. Não constam informações nos autos de que o réu registre nenhum antecedente criminal. A sua personalidade não restou suficientemente demonstrada. Sua **conduta social** foi avaliada através dos depoimentos prestados pelas testemunhas de Defesa, que afirmaram ser ele uma pessoa de boa conduta, querido pela vizinhança e trabalhador. **Os motivos do crime** são injustificáveis e, como acontece nos delitos contra o patrimônio, busca-se a

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

obtenção de dinheiro de forma fácil. **As circunstâncias do crime** lhe são altamente desfavoráveis, posto que ludibriou a vítima. **As consequências do crime** foram gravíssimas, ocasionado cicatrizes, deformidade permanente, na região occipital, parietal esquerda e na orelha direita e no ombro direito da vítima. A situação econômica do réu não é favorável. A vítima em nada contribuiu para a ação do agente, pelo contrário, reagiu com o fim de que o executor do crime efetuasse outro disparo; o que, certamente, promover-lhe-ia o óbito.

Dosimetria da Pena: Examinadas, minudentemente, as prefaladas circunstâncias judiciais, **fixo a pena-base em 22 (vinte e dois) anos de reclusão e 18 (dezoito) dias-multa.**

Em razão da circunstância **atenuante da menoridade**, prevista no art. 65, I, do Código penal, **DIMINUI** em 01 (um) ano a pena e 06 (seis) dias multa, que passa a ser de 21 (vinte e um) anos e 12 (doze) dias-multa.

Não vislumbro a presença de outras circunstâncias legais, razão pela qual, **DIMINUI** em 1/3 (um terço) a reprimenda em virtude da causa geral de diminuição prevista no art. 14, inciso II, do Código Penal, passando a pena a ser de **14 (quatorze) anos de reclusão e 08 (oito) dias-multa** que é a pena definitiva em face da inexistência de outras causas gerais ou especiais de aumento ou de diminuição da pena.

Atento às circunstâncias judiciais previstas no art.59, do Código Penal, bem assim à sistemática estabelecida no art.68, do mesmo diploma legal, passo a nova dosimetria da pena:

O apelante não apresenta **acentuada culpabilidade**, tendo em vista a intensidade do dolo com que agiu, revelando o desvalor de sua ação, ao corromper menor a participar, com ele, do evento delituoso. Não possui antecedentes criminais. Não há elementos nos autos que possibilitem valorar a personalidade e a conduta social do agente, visto que a valoração negativa dessas circunstâncias judiciais deve encontrar respaldo em fatos concretos extraídos dos autos; Os motivos do crime são inerentes ao tipo penal, qual seja a obtenção de lucro fácil; **As circunstâncias do crime lhes são desfavoráveis**, tendo em vista a forma ardilosa como planejou o delito, premeditando todas as condutas por ele praticadas; As consequências do crime foram dentro do que se podia esperar para o delito; e, o comportamento da vítima em nada favoreceu ao cometimento do crime.





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Desse modo, tendo em vista que foram 02 (duas) as circunstâncias judiciais valoradas negativamente, fixo a pena-base em 21 (vinte e um) anos de reclusão.

**Passando para 2ª fase dosimétrica**, observo que o condenado possuía apenas 20 (vinte) anos de idade à época do fato. De igual forma, dissentindo do entendimento ministerial nesse ponto, reconheço que, ainda que em parte, a confissão do apelante está em sintonia com o acervo probante, havendo contribuído sobremaneira para a condenação, devendo, por tal motivo, ser reconhecida a respectiva atenuante. Aliás, a construção jurisprudencial, não discreta desse sentido, senão, vejamos:

"A confissão extrajudicial retratada em Juízo constitui circunstância atenuante (alínea "d" do inciso III do art. 65 do CP), quando embasar a sentença penal condenatória. O que se deu no caso concreto. Ordem concedida." (HC 91654, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 08/04/2008, DJe-211 DIVULG 06-11-2008 PUBLIC 07-11-2008 EMENT VOL-02340-02 PP-00380 LEXSTF v. 30, 'n. 360, 2008, p. 327-340 RTJ VOL-00208-02 PP-00584)

Assim, reconheço a presença das atenuantes previstas no art.65, inciso I, do Código Penal, em razão de que diminuo a pena em 01 (um) ano, resultando em 20 (vinte) anos de reclusão, a qual, **por ocasião da 3ª fase dosimétrica**, reduzo na fração mínima de 1/3 (um terço), prevista no art.14, II, do Código Penal, o que faço com base na presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis, **tornando a reprimenda definitiva em 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, à míngua de outras causas de aumento ou diminuição da pena.**

Com base no mesmo critério, fixo a pena de multa em 07 (sete) dias-multa, ao valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Com aplicação do concurso formal, assomando a pena de corrupção de menores, a pena definitiva do apelante soma o tempo de 14 (quatorze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e ainda ao pagamento de 07 (sete) dias-multa.

Ante o exposto, **voto pelo PROVIMENTO PARCIAL DO APELO**, tão somente para **reduzir** a pena total aplicada em **14 (quatorze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em regime inicial fechado e ainda ao pagamento de 07 (sete) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, quanto ao crime previsto no art.157, §3º, parte final, c/c com o art.14, II, ambos do Código Penal**, mantendo-se os demais termos e penas aplicadas na sentença guerreada.

Recife, 23 de 09 de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0334303-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

Apelante(s): Romário José dos Ramos  
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto  
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins  
Procuradora: Drª. Andréa Karla Maranhão Conde Freire  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Senhores Desembargadores,  
Senhor Procurador de Justiça:

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Romário José dos Ramos contra sentença que o condenou pela prática dos crimes previstos nos arts. 157, §3º, parte final, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal e art. 244-B da Lei nº 8.060/90, ao cumprimento das penas respectivas de 14 (quatorze) anos de reclusão, e ao pagamento de 08 (oito) dias-multa, pelo crime de latrocínio tentado, e de 01 (um) ano de reclusão pelo crime de corrupção de menor, perfazendo uma pena total de 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e ao pagamento de 08 (oito) dias-multa.

O apelante alega, em síntese, que deve ser absolvido, prevalecendo o *in dubio pro reo*, e que a pena é exacerbada e desproporcional.

Pois bem.

Entendo que a materialidade delituosa dos crimes está devidamente provada nos autos, pela perícia traumatológica (fls. 55/56) e demais elementos probatórios colhidos.

Em que pese a alegação de ausência de provas suficientes, a autoria dos delitos também resta inconteste, consoante a seguir será demonstrado.

Consta às fls. 25, 42, 52, bem como na mídia digital de fl. 176v, depoimentos prestados pela vítima Rafael Luiz da Silva em que afirma que o apelante juntamente com o menor Diogo José Nascimento (de apelido Djoe) e por outro autor conhecido como "correria", já falecido, teria tentado roubar a quantia aproximada de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo a vítima atingida com três disparos de arma de fogo.

Às fls. 24 e 50, bem como no áudio constante à fl. 176v. e 191v., constam os depoimentos prestados pelas testemunhas Rafaela Cristina Felix da Silva e Josenildo da Silva Gouveia, que apontam o apelante como um dos autores do crime de latrocínio tentado e corrupção de menor.

Vê-se, ainda, no depoimento prestado pelo denunciado Otávio André da Silva (cv fl. 208v), que foi absolvido, relato de que o menor teria oferecido ao mesmo a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) para que ficasse calado e não informasse sobre o crime cometido pelo apelante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0334303-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

O próprio apelante quando interrogado em juízo, vide mídia digital à fl. 208v, em que pese negar a autoria, admite que estava presente no momento do fato criminoso.

Na realidade, o papel desempenhado pelo apelante foi o de coautor do delito, apesar de não ter ele praticado todos os atos executórios propriamente ditos.

Como sabido, para a caracterização da coautoria no concurso de pessoas é necessário somente a colaboração do agente para o desfecho da prática delituosa, não se exigindo que todos os participantes tenham consumado atos típicos de execução.

Ultrapassado o pleito de absolvição formulado pelo apelante, passo à análise do subsidiário de redução da pena.

Em relação ao crime previsto no art. 244- B da Lei nº 8.060/90, observo, à fl. 255, que a pena-base foi fixada no mínimo legal, e somente deixou de aplicar a atenuante de menoridade relativa ante a proibição ante a súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça, não havendo reparos a serem feitos.

Quanto ao crime de latrocínio tentado, entendo que a MM. Juíza reconheceu adequadamente que o apelante apresenta boa conduta social, não tem antecedentes, e que não há elementos para aferir sua personalidade. Observou corretamente, ainda, que as circunstâncias desfavorecem o apelante, que ludibriou a vítima e que as consequências foram graves tendo em vista a deformidade permanente apresentada por ela.

No entanto, considerou acentuada a culpabilidade do apelante, pelo simples fato de ter agido com dolo intenso e que os motivos são injustificáveis, pois buscou lucro fácil, elemento este que se mostra ínsito ao tipo penal, não podendo tais circunstâncias serem valoradas em desfavor do apelante.

Assim, entendendo-se que o Juiz tem poder discricionário para fixar a pena-base dentro dos limites legais, mas este poder não é arbitrário, porque o *caput* do art. 59 do Código Penal estabelece um rol de oito circunstâncias judiciais, e, tendo em vista que o §3º, segunda parte, do art. 157 do Código Penal prevê a fixação da pena-base entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos de reclusão, constando duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao apelante, entendo que a pena-base deve ser fixada um pouco acima do mínimo legal, ou seja, em 21 (vinte e um) anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria, tendo em vista a presença da atenuante de menoridade (art. 65, I, CP), mantenho a redução da pena em 01 (um) ano pelo que a mesma resta fixada em 20 (vinte) anos de reclusão.

Na terceira fase da dosimetria, tendo em vista a causa de diminuição decorrente da tentativa (art. 14, II, CP), entendo que deve ser mantida a fração de 1/3 (um terço) aplicada na sentença, visto que a vítima chegou a ser atingida com três disparos de arma de fogo, razão pela qual a pena resta definitivamente fixada em 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins**

**Apelação Criminal n.º 0334303-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE**

Mostra-se cabível a redução da pena de multa proporcionalmente a pena privativa de liberdade pelo que a mesma resta fixada em 07 (sete) dias-multa.

Por fim, aplicando-se a regra do concurso formal de crimes e tendo em vista a proibição contida no parágrafo único do art. 70 do CP, já devidamente reconhecida na sentença, como as penas dos crimes de corrupção de menor e latrocínio tentado, pelo que o apelante resta condenado a uma pena definitiva de 14 (quatorze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e ao pagamento de 07 (sete) dias-multa, fixados no mínimo legal.

Ante o exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo para, mantida a condenação, reduzir a pena privativa de liberdade imposta ao apelante para 14 (quatorze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e ao pagamento de 07 (sete) dias-multa, fixados no mínimo legal.

É como voto.

  
**Des. Roberto Ferreira Lins**  
**Revisor**